



COMBUSTÍVEL BRASIL

CONFAZ GT05 – COMBUSTÍVEIS

Cláudio Akio Ishihara

Diretor do Departamento de Combustíveis Derivados de Petróleo
Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
Ministério de Minas e Energia

Brasília, 05 de outubro de 2017



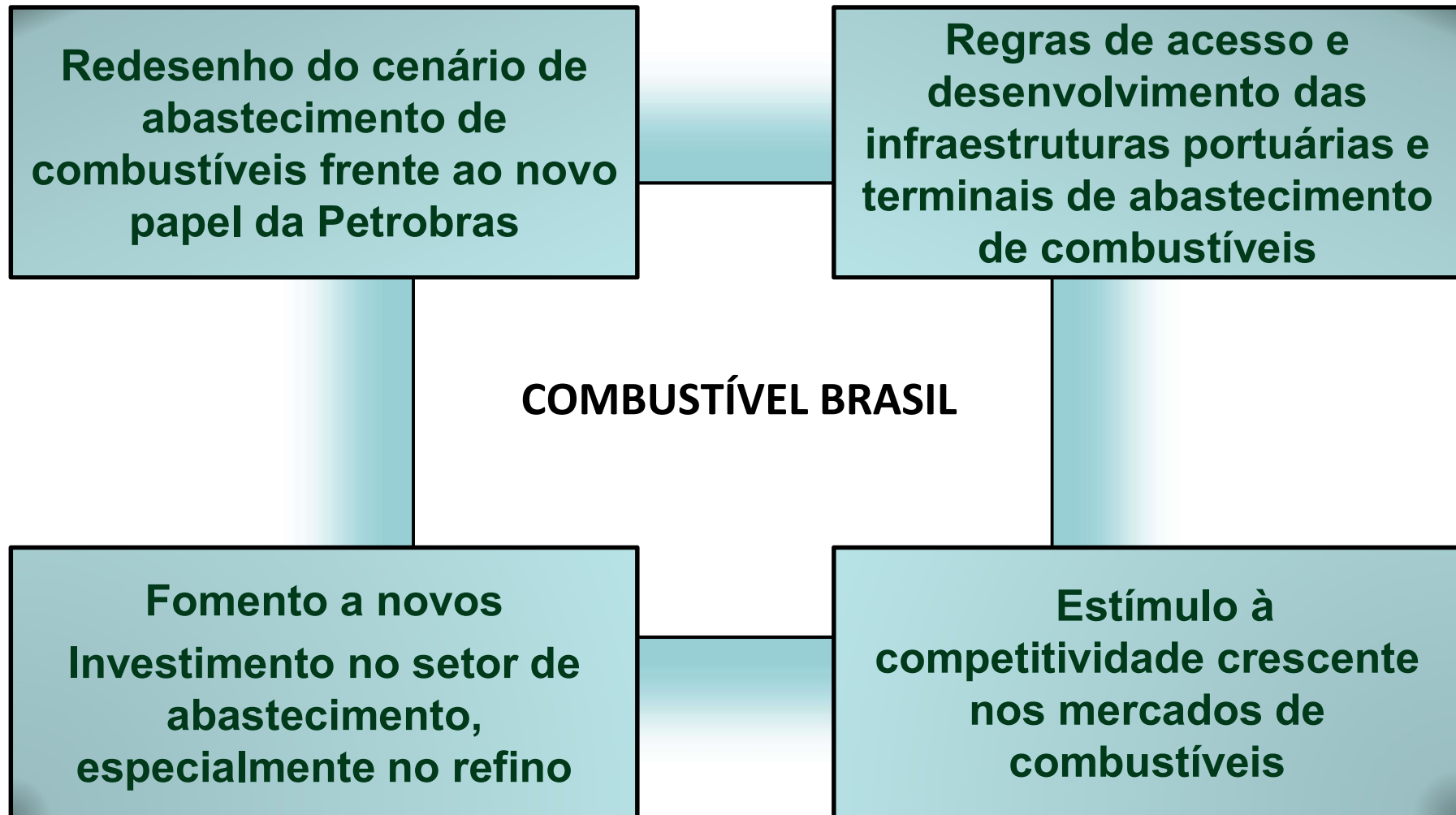
MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA

Combustível Brasil

- **Contextualização e Principais Premissas**
 - Utilização da infraestrutura de movimentação de combustíveis - portos
 - Influência do comércio exterior para abastecimento do país - importações
 - Reposicionamento da Petrobras – lógica empresarial
 - Nova política de preços de mercado – maximização de resultados
 - Necessidade de investimentos em refino
 - Estímulo à livre concorrência
 - Fortalecimento de ambiente regulatório, objetivo, claro e previsível
 - Maior celeridade na autorização, na outorga e no licenciamento ambiental de empreendimentos e nos processos licitatórios
 - Segurança do abastecimento de combustíveis envolvendo todo os segmentos, inclusive tributário




Eixos Estratégicos



Instituições Envolvidas

- **Abragás**
- **Asmirg-BR**
- **Abiquim**
- **Brasilcom**
- **Fecombustíveis**
- **Formuladores de combustíveis**
- **Importadores de Combustíveis**
- **Operadores Terminais Logísticos**
- **Petrobras**
- **Produtores de Petróleo**
- **Refinaria Dax Oil**
- **Refinaria Manguinhos**
- **Refinaria Riograndense**
- **Simepetro**
- **Sindicom**
- **Sindigás**
- **Sindilub**
- **Sindirrefino**
- **SindTRR**
- **Transpetro**



**NÚCLEO
OPERACIONAL:
ANP, EPE e MME**

Combustível Brasil

- O Programa Combustível Brasil foi criado com o intuito de analisar as mudanças do Setor de Combustíveis e propor medidas que estimulem o desenvolvimento do mercado de combustíveis, com garantia do abastecimento do mercado em um ambiente regulatório com regras claras e atraentes a investimentos
- A coordenação dos trabalhos cabe à ANP, EPE e MME, que em conjunto com os agentes do Setor, realizaram o diagnóstico do setor, o que culminou com a elaboração de relatório contendo 32 propostas de melhorias
- Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) estabeleceu diretrizes estratégicas e criou o CT-CB



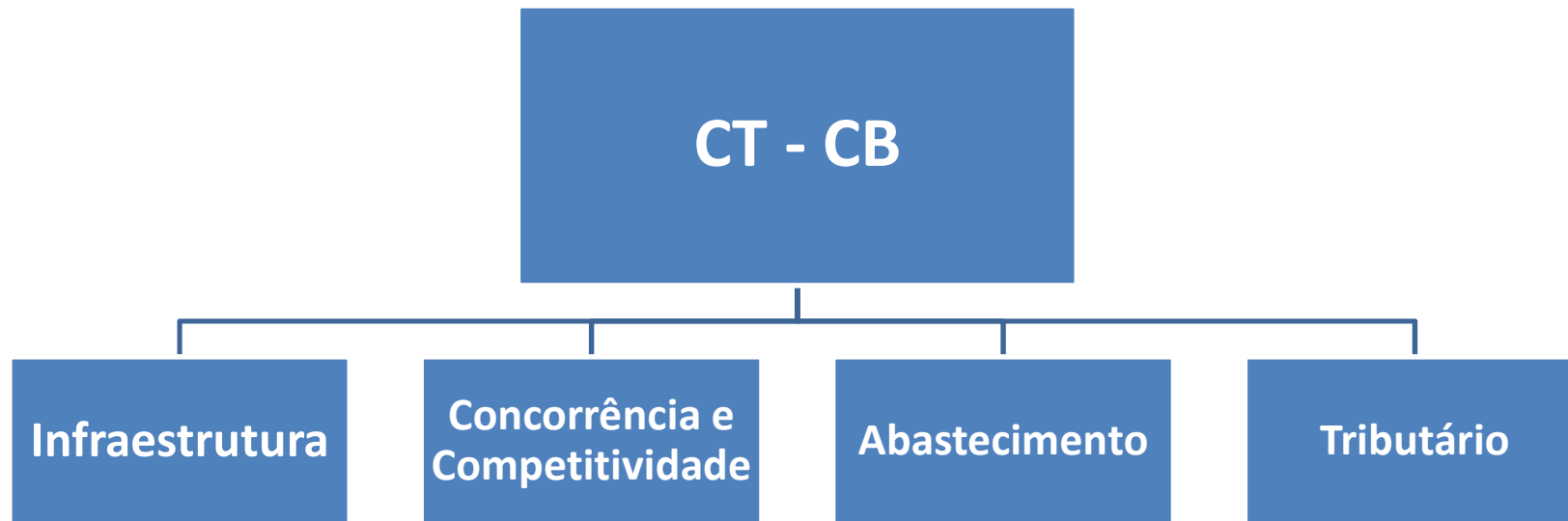
CT-CB

- **CT-CB - Comitê Técnico Integrado para o Desenvolvimento do Mercado de Combustíveis, demais Derivados de Petróleo e Biocombustíveis (CT-CB)**
- Criado por meio da Resolução CNPE nº 15/2017, que estabeleceu as diretrizes estratégicas para o desenvolvimento do mercado de combustíveis, demais derivados de petróleo e biocombustíveis, com o objetivo de embasar a proposição de medidas, que contribuam para a garantia do abastecimento nacional, estabelecidas no âmbito do Programa Combustível Brasil.
- Integram o CT-CB:
 - MME (Coordenação)
 - ANP
 - CADE
 - Casa Civil
 - EPE
 - MAPA
 - MDIC
 - MF
 - MMA
 - MPDG
 - MTPA
 - SPPI



Subcomitês Temáticos

- **Organização do CT-CB em 4 Subcomitês Temáticos:**



Propostas – Combustível Brasil

PROPOSTA 1

Estabelecer, por meio do CNPE, as diretrizes estratégicas para o desenho de novo mercado de combustíveis, observada a necessidade de período de transição decorrente do reposicionamento da Petrobras.

PROPOSTA 2

Analisar e propor mecanismos para incentivar investimentos em refino no País.

PROPOSTA 3

Analisar e propor políticas para fomento à formulação de combustíveis, produção local de óleos lubrificantes básicos e outros derivados.

PROPOSTA 4

Permitir a importação de gasolina e óleo diesel diretamente por distribuidores de combustíveis.

PROPOSTA 5

Mapear as áreas de infraestrutura prioritárias para realização de investimentos privados.

PROPOSTA 6

Analisar e propor mecanismos para dar maior celeridade aos processos relacionados à infraestrutura, em especial junto aos órgãos de controle ambiental e alfandegário.

PROPOSTA 7

Analisar e propor mecanismos para que os procedimentos licitatórios dos portos sejam convergentes com os interesses do abastecimento nacional de combustíveis, incluindo a participação da ANP na elaboração de estudos para subsidiar o processo de definição dos portos a serem licitados, bem como em todas as etapas técnicas do processo de elaboração dos editais até a sua publicação.

PROPOSTA 8

Estabelecer nos processos licitatórios das áreas portuárias a possibilidade da instalação de terminais com capacidade para movimentação de produtos para os diversos agentes regulados, com atenção especial para os portos das Regiões Norte e Nordeste.

PROPOSTA 9

Possibilitar o acesso efetivo aos portos públicos para todos os produtores, importadores e distribuidores autorizados pela ANP, bem como grandes consumidores.

PROPOSTA 10

Avaliar a necessidade de vedação à participação cruzada na construção e operação de instalações de movimentação de petróleo, seus derivados e biocombustíveis, tendo em vista a possibilidade de desinvestimentos pela Petrobras.

PROPOSTA 11

Criar mecanismos regulatórios mais eficientes para controlar o acesso de terceiros à infraestrutura, observada a arbitragem de conflitos prevista pela Resolução Antaq nº 3.707/2014 e pela Portaria ANP Nº 251/2000, bem como para aperfeiçoar a divulgação das informações de capacidade dos terminais.

PROPOSTA 12

Criar a obrigação de mecanismos regulatórios e/ou contratuais para garantir os níveis de serviço adequados nos terminais aquaviários, para todos os interessados.

PROPOSTA 13

Concluir as licitações iniciadas e realizar novas licitações de áreas de armazenamento de combustíveis nos portos a fim de estimular novos investimentos em terminais.

PROPOSTA 14

Propor termos e condições gerais que devam constar nos contratos entre as autoridades portuárias e as entidades privadas, que contemplem as regras para renovação contratual e permitam o retorno do investimento ou seu ressarcimento.

PROPOSTA 15

Analisar a possibilidade de ampliar linhas de financiamento em infraestrutura com taxas mais atrativas e de longo prazo para o setor.

PROPOSTA 16

Analisar e propor mecanismos que, em função do reposicionamento da Petrobras, garantam o abastecimento nacional, com prazos de transição adequados, inclusive nos Polos de Fornecimento Limitado (PFL).

PROPOSTA 17

Reavaliar a legislação que trata do Sistema Nacional de Estoques de Combustíveis (Sinec) para adequá-la às condições atuais de abastecimento do mercado brasileiro de combustíveis.

PROPOSTA 18

Reforçar o combate ao comércio irregular de combustíveis, por meio de ações conjuntas da ANP, distribuidores e revendedores, Corpo de Bombeiros e outras instituições governamentais.

PROPOSTA 19

Aprimorar os mecanismos de monitoramento da movimentação e comercialização de derivados e biocombustíveis.

PROPOSTA 20

Avaliar a possibilidade de diversificação dos tipos de combustíveis a serem disponibilizados por região, tendo em vista suas especificidades

PROPOSTA 21

Aperfeiçoar os mecanismos regulatórios de incentivos e de definição de condicionantes para atuação dos agentes de mercado, quando necessário, tendo como objetivo a promoção da concorrência, a mitigação das falhas e a prevenção do abuso de poder de mercado.

PROPOSTA 22

Reforçar a atuação conjunta e cooperativa das autoridades regulatórias e de defesa da concorrência no que tange ao abastecimento nacional de combustíveis, de modo a prevenir e coibir práticas anticompetitivas.

PROPOSTA 23

Aperfeiçoar a atuação regulatória visando ao controle de cláusulas contratuais potencialmente danosas à concorrência e/ou que afetem a garantia do suprimento de combustíveis.

PROPOSTA 24

Realizar estudos de modo a avaliar o nível de concentração em mercados relevantes com o intuito de subsidiar as decisões das autoridades competentes nas análises da atuação dos agentes e dos atos de concentração, incluindo possíveis desinvestimentos da Petrobras.

PROPOSTA 25

Avaliar ações para o estímulo à prática de preços para combustíveis compatível com o mercado internacional, de forma a garantir a remuneração das atividades, permitir a previsibilidade para investimentos de longo prazo e favorecer a criação de um mercado competitivo.

PROPOSTA 26

Elaborar nova resolução do CNPE para reconhecer, como de interesse para a política energética nacional, programas de acesso ao consumo do GLP destinado ao uso doméstico e acondicionado em recipientes transportáveis de capacidade de até 13 kg para consumidores de baixa renda, reforçando o conceito de que incentivos governamentais ocorrem exclusivamente com previsão específica no orçamento público. Adicionalmente, propor a revogação da Resolução CNPE nº 4/2005, que reconhece como de interesse para a política energética nacional a prática de preços diferenciados para o GLP.

PROPOSTA 27

Uma vez finalizada a prática de preços diferenciados para GLP, reavaliar suas restrições de uso, observadas as modificações na formação do preço e as condições da infraestrutura, especialmente para descarga em terminais portuários, a fim de permitir sua importação por outros agentes.

PROPOSTA 28

Desenvolver estudo quanto aos impactos dos tributos sobre a eficiência na produção e distribuição de combustíveis, bem como na logística de abastecimento interestadual, sobretudo no que tange ao ICMS.

PROPOSTA 29

Avaliar os potenciais efeitos decorrentes do tratamento isonômico dos tributos de cada combustível nas distintas Unidades Federativas, com base em experiências internacionais, como forma de estimular a ampliação e diversificação dos agentes e aumentar a competição no mercado doméstico de combustíveis.

PROPOSTA 30

Avaliar a simplificação e a harmonização dos mecanismos tributários federais e estaduais, incidentes sobre a comercialização de combustíveis para garantir a isonomia no tratamento dos agentes.

PROPOSTA 31

Avaliar a criação de tributo sobre comercialização de óleos lubrificantes básicos de primeiro refino, com o objetivo de estimular a atividade de rerrefino.

PROPOSTA 32

Avaliar alternativas à incidência de tributação sobre o GLP oriundo de Unidade de Processamento de Gás Natural (UPGN).

Propostas – SCT Tributário

<p>PROPOSTA 28 Desenvolver estudo quanto aos impactos dos tributos sobre a eficiência na produção e distribuição de combustíveis, bem como na logística de abastecimento interestadual, sobretudo no que tange ao ICMS.</p>	<p>PROPOSTA 9 Possibilitar o acesso efetivo aos portos públicos para todos os produtores ANP, bem como grandes consumidores.</p>	<p>PROPOSTA 16 Analisar e propor mecanismos que, em função do reposicionamento da Petrobras, garantam o acesso adequado aos terminais de abastecimento, inclusive nos Polos de Interesse Nacional.</p>	<p>PROPOSTA 23 Aperfeiçoar a atuação regulatória visando ao controle de cláusulas contratuais que afetem a garantia do suprimento de combustíveis.</p>	<p>PROPOSTA 28 Desenvolver estudo quanto aos impactos dos tributos sobre a eficiência na produção e distribuição de combustíveis, bem como na logística de abastecimento interestadual, sobretudo no que tange ao ICMS.</p>
<p>PROPOSTA 29 Avaliar os potenciais efeitos decorrentes do tratamento isonômico dos tributos de cada combustível nas distintas Unidades Federativas, com base em experiências internacionais, como forma de estimular a comercialização de combustíveis para garantir a isonomia no tratamento dos agentes.</p>	<p>PROPOSTA 10 Analisar e propor mecanismos para incentivar investimentos em refino no País.</p>	<p>PROPOSTA 17 Reavaliar a legislação que trata do Sistema Nacional de Estoques de Combustíveis (Sinec) para adequá-la às condições atuais de abastecimento do mercado brasileiro de combustíveis.</p>	<p>PROPOSTA 24 Realizar estudos de modo a avaliar o nível de concentração em mercados relevantes com o intuito de subsidiar as decisões das autoridades competentes nas análises da atuação dos agentes e dos atos de comércio irregular da ANP, distribuidores e revendedores. Corpo de governo municipais.</p>	<p>PROPOSTA 29 Avaliar os potenciais efeitos decorrentes do tratamento isonômico dos tributos de cada combustível nas distintas Unidades Federativas, com base em experiências internacionais, como forma de estimular a comercialização de combustíveis para garantir a isonomia no tratamento dos agentes.</p>
<p>PROPOSTA 30 Avaliar a simplificação e a harmonização dos mecanismos tributários federais e estaduais, incidentes sobre a comercialização de combustíveis para garantir a isonomia no tratamento dos agentes.</p>	<p>PROPOSTA 5 Mapear as áreas de infraestrutura prioritárias para realização de investimentos privados.</p>	<p>PROPOSTA 19 Aprimorar os mecanismos de monitoramento da movimentação e comercialização de derivados e biocombustíveis.</p>	<p>PROPOSTA 26 Analisar e propor mecanismos para garantir a comercialização de combustíveis para garantir a isonomia no tratamento dos agentes.</p>	<p>PROPOSTA 30 Analisar e propor mecanismos para garantir a comercialização de combustíveis para garantir a isonomia no tratamento dos agentes.</p>
<p>PROPOSTA 31 Avaliar a criação de tributo sobre comercialização de óleos lubrificantes básicos de primeiro refino, com o objetivo de estimular a atividade de rerrefino.</p>	<p>PROPOSTA 6 Analisar e propor mecanismos para garantir a celeridade na prestação de serviços de infraestrutura de portos e terminais, com o objetivo de controlar a qualidade dos serviços prestados.</p>	<p>PROPOSTA 14 Propor termos e condições gerais que devam ser observados em contratos de participação criada na construção e operação de instalações de movimentação de petróleo, seus derivados e biocombustíveis, tendo em vista a possibilidade de desinvestimentos pela Petrobras.</p>	<p>PROPOSTA 27 Uma vez finalizada a prática de preços diferenciados para GLP, reavaliar suas condições de uso, observadas as modificações na infraestrutura, especialmente para descarga em terminais portuários, a fim de permitir sua importação por outros agentes.</p>	<p>PROPOSTA 31 Analisar e propor mecanismos para garantir a criação de tributo sobre comercialização de óleos lubrificantes básicos de primeiro refino, com o objetivo de estimular a atividade de rerrefino.</p>
<p>PROPOSTA 32 Avaliar alternativas à incidência de bitributação sobre o GLP oriundo de Unidade de Processamento de Gás Natural (UPGN).</p>	<p>PROPOSTA 8 Estabelecer procedimentos para a realização de investimentos privados em infraestrutura de portos e terminais, com o objetivo de controlar a qualidade dos serviços prestados.</p>	<p>PROPOSTA 21 Aperfeiçoar os mecanismos regulatórios de incentivos e de definição de condicionantes para atuação dos agentes de mercado, quando necessário, tendo como objetivo a promoção da concorrência, a mitigação das falhas e a defesa da concorrência no que tange ao abastecimento nacional de combustíveis, de modo a prevenir e coibir práticas anticompetitivas.</p>	<p>PROPOSTA 27 Uma vez finalizada a prática de preços diferenciados para GLP, reavaliar suas condições de uso, observadas as modificações na infraestrutura, especialmente para descarga em terminais portuários, a fim de permitir sua importação por outros agentes.</p>	<p>PROPOSTA 32 Avaliar alternativas à incidência de bitributação sobre o GLP oriundo de Unidade de Processamento de Gás Natural (UPGN).</p>



Subcomitê Temático de Tributação

- **Expectativas**

- Criação de ambiente de discussão e desenvolvimento das propostas vinculadas à tributação com agentes e Governo
- Incorporação de novas propostas ao CT-CB oriundas do GT-05
- Identificação de ações conjuntas do GT 05 e CT-CB





COMBUSTÍVEL BRASIL

Obrigado!

combustivelbrasil@mme.gov.br

#combustivelbrasil



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA